

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Bloco de Esquerda que a empresa de calçado Ecco'let (Portugal) - Fábrica de Sapatos, Lda., situada na Rua Francisco Rocha, n.º 134, São João de Ver, concelho de Santa Maria da Feira, se prepara para descartar cerca de uma centena de trabalhadores, pressionando-os a aceitar acordos para rescindirem os seus contratos.

Esta empresa tem um largo historial de recorrer a fundos comunitários e benefícios fiscais proporcionados pelo Estado português para depois avançar para rescisões de contrato com os seus trabalhadores. De facto, não faltam momentos em que esta empresa despediu ou tentou despedir centenas de trabalhadores. Aconteceu em 2002, em 2006, em 2009... E, não obstante isto, muitas vezes chegou a receber do Estado para, depois de despedir, criar postos de trabalho. Só em 2016, e segundo a Autoridade Tributária, beneficiou de 445 mil euros em benefícios fiscais.

Esta empresa tem, por isso, obrigações especiais para com o Estado e para com o país. É uma empresa lucrativa que tem sido constantemente apoiada pelo Estado português e por isso não deve poder voltar aos despedimentos massivos, principalmente na situação que o país vive atualmente.

Como todos sabem, a pandemia está a ter (e vai continuar a ter) consequências económicas e sociais enormes. Os trabalhadores estão a perder rendimento e é preciso proteger o emprego. O Estado deve assim intervir para salvaguardar todos os postos de trabalho, o que se torna ainda mais imperativo em empresas que receberam apoios públicos, seja de apoio à sua instalação e desenvolvimento de atividade, seja de proteção do emprego. O Bloco de Esquerda tem, aliás, insistido que esta deve ser uma contrapartida das medidas de apoio às empresas que estão neste momento em curso. A própria Ecco recorreu, já neste contexto, ao lay-off parcial, recebendo assim apoios públicos com o objetivo de manter o emprego.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social as seguintes perguntas:

1. Tem o governo conhecimento desta situação?
2. Deu entrada alguma comunicação, junto da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), da intenção da Ecco de proceder a um despedimento coletivo? Se sim, que motivos estão a ser alegados pela empresa para fundamentá-lo? Que diligências tomou esse organismo tutelada pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, nomeadamente junto da administração da empresa e dos representantes dos trabalhadores?
3. A empresa continua a beneficiar de alguma medida de apoio público para a manutenção de emprego, designadamente alguma modalidade de lay-off ou o apoio à retoma da atividade? Como irá ser fiscalizada pela tutela a obrigação de manter os níveis de emprego que resulta das próprias regras do lay-off e do apoio à retoma da atividade?
4. Houve alguma ação inspetiva por parte da Autoridade para as Condições de Trabalho, relativamente à manutenção do emprego e relativamente às pressões para que os trabalhadores rescindam contratos? Quais foram os resultados dessas ações inspetivas?
5. Tendo em conta que podem estar em causa mais de 100 postos de trabalho, que diligências vai o Governo tomar para impedir um despedimento (mesmo que encapotado de acordos de rescisão), em plena crise social, numa empresa lucrativa e que tem recebido milhões de apoios diretos do Estado?

Palácio de São Bento, 29 de julho de 2020

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

NELSON PERALTA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)